



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Autocracia Burguesa e Colonial-Bonapartismo na Consolidação da Social Democracia Brasileira¹			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Anderson Deo²	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	UNESP / Marília	Professor Substituto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho analisa a consolidação da social democracia no Brasil. O período discutido diz respeito aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ao primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Observamos que a social democracia, tal como esta forma de organização sociometabólica do capital se concretizou no país, absorve e reproduz os elementos condicionantes da particularidade histórica brasileira, conformadas em torno da via prussiano-colonial de objetivação do capitalismo. Ao absorver, ampliar, aprofundar e reproduzir, sobre novas bases e condicionantes históricos, os contornos característicos dessa particularidade, o projeto social-democrata apresenta um caráter anômalo e tardio, sendo o responsável pelo resgate da ortodoxia liberal como fundamento de sociabilidade. Assim, o bloco histórico capitaneado pela social democracia representa a hegemonia da burguesia, cuja fração financeira determina a lógica da reprodução capitalista em sua atual fase de internacionalização. A social democracia não rompe, pelo contrário, reproduz aperfeiçoando a autocracia burguesa no país. Esta autocracia se expressa através de um conteúdo político-institucional legalizado, que lhe é atribuído pelo parlamento brasileiro. A autocracia burguesa é, portanto, autocracia do parlamento, que se desenvolve a partir da consolidação do colonial-bonapartismo, fenômeno político próprio da organização de governos burgueses em períodos abertamente conservadores e/ou reacionários. Dessa forma, o Sentido da Colonização se reproduz no Brasil através do projeto social-democrata que, ao promover uma modernização de caráter conservador, resgata e reafirma os elementos essenciais da particularidade brasileira, transmutadas e metamorfoseadas em Sentido da Modernização.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Social democracia anômala. Modernização conservadora. Colonial-bonapartismo			
ABSTRACT			
<p>This work analyzes the consolidation of the social democracy in Brazil. The period we discuss is related to both mandates of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and to the first mandate of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). We observed that the social democracy, as this way of socialmetabolic organization has been consolidated in Brazil, absorbs and reproduces the conditioning elements of the Brazilian historical particularity, conformed around the Prussian-colonial way of capitalism objectification. As it absorbs, amplify, deepens and reproduces, on the new historical basis and conditioning, the characteristic outlines of this particularity, the social democrat project presents an anomalous and late character, which is the responsible for the redemption of the liberal orthodoxy as a sociability substance. This way, the historical bloc, captained by the social democracy represents the bourgeoisie hegemony, whose financial fraction determines the logic of the capitalist reproduction in its current step of internationalization. The social democracy doesn't break, on the contrary, it reproduces, improves the bourgeoisie autocracy in the country. This autocracy is expressed through a legalized political and institutional content which is attributed to it by the Brazilian parliament. The bourgeois autocracy is, therefore, parliament autocracy which is developed from the consolidation of the</p>			

¹ O presente trabalho é um excerto de minha Tese de Doutorado, intitulada *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais da UNESP/Marília, em 2011. Publica-se aqui o texto na íntegra, de acordo com a tese. Uma primeira versão resumida deste artigo foi publicada na *Revista Lutas Sociais*, n° 25/26, São Paulo: NEILS, 2011, sob o título *Social democracia e colonial-bonapartismo: apontamentos sobre a autocracia burguesa no período 1995-2006*.

² Doutor em Ciências Sociais. Professor Substituto do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da UNESP/Marília.

colonial bonapartism, a political phenomenon that belongs to the bourgeoisie governments in periods openly conservative and/or reactionary. This way, the Sense of the Colonization is reproduced in Brazil through the social democrat project that, when promotes a modernization of the conservative character, redeem and reaffirm the essential elements of the Brazilian particularity, transmuted and metamorphosed in Sense of the Modernization.

KEYWORDS

Anomalous social democracy. Conservative modernization. Colonial bonapartism

Introdução

Com a chegada do PT ao Palácio do Planalto em 2003, algumas frações da burguesia – principalmente aquelas que ocuparam uma posição subordinada no interior do *bloco histórico* – passam a criticar alguns aspectos do projeto econômico-político capitaneado por Luiz Inácio. Em linhas gerais, a crítica apontava para o acerto do novo governo em manter o núcleo central da política econômica do PSDB, mas sinalizava como um erro a manutenção da “elevada” carga tributária e a elevação das taxas de juros como mecanismo de controle inflacionário. Aliás, esta sempre fora a maior diferença entre as frações industriais e agrárias da burguesia com relação aos mecanismos de estabilização da moeda brasileira introduzidos com o governo Fernando Henrique (Boito Jr., 2006: 54)³. No entanto, durante o primeiro mandato de Lula, a elevação da arrecadação foi um pressuposto fundamental à manutenção e ampliação do programa de “bolsas sociais”. Com a retomada do crescimento da economia mundial e seus respectivos efeitos sobre o mercado interno brasileiro a partir de 2003, o governo ampliou o programa “Bolsa Família” beneficiando milhares de famílias brasileiras excluídas do mínimo acesso aos bens materiais elementares à sua sobrevivência. Paralelamente, o Poder Executivo retoma alguns investimentos em obras públicas, tendência que se intensificou, sobretudo, no segundo mandato de Lula (2007-2010) com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Politicamente, o governo petista abre espaço – pequeno, é verdade – à participação dos movimentos sociais nas esferas centrais do poder estatal, além de levar consigo para o Planalto as principais lideranças da aristocracia do trabalho, representadas pelo próprio PT e pela CUT. Nunca é demais afirmar que essa fração do proletariado brasileiro passou por um processo de cooptação ideológico-política identificada como *transformismo*⁴, negando suas origens históricas ao se transformar em instrumentos do capital. Sendo assim, a composição do bloco histórico, cujo

³A análise de Armando Boito Jr. a esse respeito é esclarecedora: “[...] Em resumo, da perspectiva da fração hegemônica no bloco do poder, a produção deve ser estimulada na direção (comércio externo) e na medida em que interesse aos banqueiros. [...] Tal fato tem gerado alguns atritos no seio do Governo, ou seja, a aliança entre o capital financeiro e a grande burguesia interna industrial e agrária não exclui disputa por espaço na definição da política econômica. [...]”.

⁴ Na apreensão gramsciana, o transformismo diz respeito à absorção ou cooptação pelo bloco histórico hegemônico de indivíduos, ou mesmo grupos (partidos), de classes sociais rivais, anulando sua direção ideológica e política. Gramsci argumenta ainda que frações de uma mesma classe podem ser agregadas em torno de interesses da fração hegemônica no bloco de poder. Para uma discussão aprofundada sobre o transformismo ver: Gramsci (2000, vol. 3, passim); Portelli (1977:69-74); Coutinho (2007: 206-207).

comando partidário estava nas mãos do PT, contava com as mais diversas frações da burguesia e com o apoio de fração específica do proletariado, que descambou para o lado do inimigo de classe com vistas a se deleitar no “banquete burguês” oferecido pela hegemonia do capital financeiro.

Progressivamente, a crítica de frações da burguesia passou a cunhar uma série de expressões para identificar a forma por meio da qual o PT governava. Amplamente absorvida pela manifestação rancorosa, raivosa e, antes de tudo, preconceituosa da pequena burguesia, e propagandeada pelos monopólios privados que controlam os meios de comunicação no país, a pretensa “análise” expressou um conteúdo ideológico de combate aos trabalhadores, ao apontar o “lulismo” ou o “petismo” como uma forma de resgate da política “populista” brasileira, “fantasma” do passado que teria renascido nas paragens sul-americanas com os governos de esquerda de Hugo Chavez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, e de Rafael Correa, no Equador. Segundo a crítica ideológica burguesa, a demagogia tinha retornado com toda força ao país, pois através da “esmola” do Bolsa Família, o “lulismo” manipulava os pobres da nação com vistas a promover todos os desmandos possíveis no cenário político brasileiro, como por exemplo os casos de corrupção⁵, o clientelismo e o corporativismo, que serviriam como arrimo da governabilidade petista. A fraseologia midiática cunhou então a expressão “neopopulismo” para identificar o projeto liderado por Lula.

Próprio do vocábulo rarefeito dos “pós-modernos”, que introduzem o prefixo “neo” para indicar uma pseudo “novidade” nas relações sociais contemporâneas, descartando assim, a processualidade histórica que as originaram, o conceito de “neopopulismo” é tão ou mais frágil do que o já debilitado – desde sua origem – conceito que o originou, o “populismo”. Para demonstrar a falácia ideológica do “neopopulismo”, nada melhor do que ir as suas origens e analisar a partir de sua imanência os equívocos e distorções germinais que permeiam a temática. Passemos à análise do conceito de “populismo”. Porém, em função dos limites do presente trabalho, poderemos tão somente tecer aproximações à crítica da teoria do populismo⁶, notadamente daquela vertente desenvolvida por Francisco Weffort⁷.

“Neopopulismo”: falácia teórica e conteúdo ideológico

⁵ Lembremo-nos que em 2005 vem à tona um esquema de compra de votos de deputados, montado a partir do Palácio do Planalto, conhecido popularmente como “Mensalão”. Importantes membros do PT, no poder executivo e legislativo, tiveram seus nomes associados ao esquema, o que levou a perda de seus cargos, seja através de cassações, ou das renúncias.

⁶ Maiores desdobramentos de nossa análise sobre o tema podem ser encontrados em Anderson (2011), especialmente às páginas 271-292.

⁷ Trata-se sobretudo dos textos constantes de Weffort (1978).

A “teoria do populismo” passou a ganhar importância nos meios políticos e acadêmicos a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Naquele contexto, pretendia desempenhar um caráter de proposição crítica aos caminhos tomados pela esquerda brasileira no pré-1964, principalmente à política de alianças desenvolvida pelo principal partido de esquerda, o PCB. Os “críticos do populismo” apontavam que a principal consequência daquele tipo de estratégia da esquerda teria comprometido decisivamente a – suposta – independência da classe trabalhadora, pois esta passou a apoiar a fração nacional do capital industrial e, ao fazê-lo, teria abandonado as bandeiras revolucionárias. Nesse sentido, defendiam o resgate da radicalidade operária, que abrisse mão de uma concepção de classe, para apoiar a “política de massas” da burguesia industrial crescente.

Mesmo que o caráter *politicista* da teoria do populismo esteja presente desde a sua origem, nesse momento tal formulação pretendeu expressar um conteúdo analítico histórico, ao se lançar como uma teoria que buscava explicitar o desenvolvimento brasileiro no interregno de 1930-1964. Assim, caracterizou-se como uma tentativa de explicar a transição do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, a partir de “noções marxistas” que tomadas abstratamente e sob a “influência weberiana”, as transformou em noções amplamente genéricas “[...] na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais.” (Chasin, 2000: 249-250).

As teses da teoria do populismo propugnavam que o período que vai de 1930 a 1964 se configurou como momento de transição da estrutura econômico-política agrário-exportadora, para o modelo urbano-fábrica, ou seja, o momento da consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Politicamente, contudo, a burguesia industrial não teria se consolidado hegemonicamente, tendo que dividir o poder com outras frações de proprietários, inclusive com seus antigos adversários – a “derrotada” oligarquia rural. A esta configuração política veio se somar o elemento fundamental da “política de massas”, cuja participação política passa a ser uma realidade, embora subordinada aos interesses dominantes. Esta seria a configuração final de uma forma política que os defensores da teoria denominaram “democracia populista”. Como especificidade, o populismo aponta para uma forma de dominação que se estrutura no contexto de um “vazio de poder”, onde nenhuma classe conseguiu efetivar sua hegemonia, em decorrência da crise da “hegemonia oligárquica” e do contexto liberal do pré-1930. Mas ao mesmo tempo em que aponta para o “vazio de poder”, indica que esse seria um período de fortalecimento do executivo, em que o Estado passa a atuar como principal impulsionador da atividade econômico-industrial do país.⁸

⁸ Chasin argumenta que o conceito de “populismo” se caracteriza como uma “armação teórica” que não vai além do “descritivismo empirista”, “permeado por conceitos muito problemáticos”. Assim, a elaboração do conceito de populismo é muito mais do que uma “eventual contradição nos termos”. O problema reside no fato de o conceito operar “somente com universais, pretensamente de orientação marxista”, tendo a pretensão de expressar a “consciência teórica da imanente radicalidade operária”. (Ibid., p. 250). Corroborando com a argumentação do autor, afirmamos que ao

Entendemos que esse pressuposto contém um equívoco irremediável, qual seja, a presunção de que diante da debilidade política da fração industrial, esta elabora uma “grande artimanha” para, ao mesmo tempo, obter o apoio das “massas”, mantendo-a sob seu controle e anulando, portanto, sua “radicalidade imanente”⁹. Nesse sentido, as “massas” passariam a ser responsáveis pela legitimação da ordem dominante, uma vez que reconheceriam e corroborariam com a dominação constituída num quadro de “ausência de poder”. Observemos que tal “armação teórica” não leva em conta a real divisão da sociedade em classes, distintas e antagônicas entre si. Ao empreender tamanho esforço gnosiológico, apóia suas teses a partir dos conceitos – se é que assim podemos caracterizá-los – de “povo” ou “nação”, cujo conteúdo é identificado como “comunhão de interesses”, como se todos os “segmentos sociais da nação” pudessem desenvolver interesses comuns, abrindo mão das prerrogativas particulares *de classe* em favor da “solidariedade” própria das comunidades. Assim, para a teoria do populismo, a “grande artimanha” deve ser revelada, pois a partir de seu desmascaramento seria possível resgatar a “radicalidade espontânea dos trabalhadores”, servindo, ao mesmo tempo, como instrumento de denúncia dos equívocos da esquerda tradicional.

Como desdobramento desse engodo, não só as “massas”, mas a própria esquerda teria sido atada pelas amarras do populismo, o que teria impossibilitado a superação da “política de massas” em direção à “política de classes”. Como a esquerda sucumbiu ao populismo, não teria sido apresentada aos trabalhadores uma formulação alternativa que levasse em conta a “rebeldia” que seria – supostamente – própria do proletariado, ou seja, a esquerda tradicional não elaborou um projeto original de superação do capitalismo. Aqui, encontramos dois equívocos: o primeiro diz respeito ao suposto caráter natural, portanto espontâneo, da *rebeldia do proletariado*. As formulações do populismo não levaram em consideração que a *rebeldia*, como forma de construção permanente e consciente-prática da crítica ao capital, é resultado de um processo de educação¹⁰ de classe, de superação da *consciência em si*, simultaneamente à construção da *consciência para si* do proletariado. Assim, na tentativa de apontar os equívocos – que de fato existiram – da esquerda brasileira, tomaram como referência a “insatisfação” imediata da classe trabalhadora como necessariamente – e não potencialmente – revolucionária, e ao assim fazê-lo, desprezaram o poder concreto da ideologia hegemônica. A partir desse equívoco, desdobra-se o segundo: tais formulações se amparavam – o que é pior – na genérica tese de que as condições sociais para uma

operar com universais, sem a mediação da particularidade brasileira, a teoria do populismo não apreende o *complexo de complexos* da reprodução sociometabólica do país ao modo de sua *totalidade concreta*. Sendo assim, escapa-lhe o caráter “anômalo” da reprodução social internamente constituída.

⁹ “[...] para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populista são em conjunto ou cada um *per si* o *feiticeiro nefasto*, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes [...]” (Ibid., p. 250).

¹⁰ Obviamente, não nos referimos à educação oficialmente reproduzida pelos aparelhos ideológicos do Estado.

revolução de caráter socialista no país estavam dadas no contexto do pré-1964. Talvez o fato que melhor comprove o descolamento dessa formulação em relação à situação concreta daquele momento histórico, seja o de a sociedade civil reagir – ou melhor, não reagir – passivamente no momento imediatamente posterior ao golpe.

Contudo, se no momento de seu surgimento, a teoria do populismo tinha pouco a dizer, com o passar do tempo suas formulações ficaram, cada vez mais, sem significação real, não refletindo os processos de reprodução sociometabólicos da realidade brasileira. A prova cabal do que afirmamos se verifica ao constatarmos que o “arcabouço teórico” elaborado pela teoria do populismo serve de arrimo às análises da própria burguesia, além daqueles remanescentes de esquerda que privilegiam as análises politicistas¹¹. Ou seja, aquilo que seria o instrumento necessário da crítica, passou a ser o instrumento necessário da ordem, onde todo e qualquer líder ou partido político que possua alguma identidade – ideológica ou histórica – com a classe trabalhadora, passa a ser identificado pela burguesia como “populista” e, sendo assim, extremamente maléfico e manipulatório, de cujo combate depende o futuro da democracia. Isso se deve ao fato da teoria do populismo se revestir de um aspecto *alegórico* no período pós-1964. Nesse sentido, além de não contribuir à compreensão do processo brasileiro após a tomada de poder pelos militares, é utilizada como uma forma de recordar que o “demônio” existe e precisa ser “evitado” e “combatido” permanentemente.

O golpe saído das casernas seria – sempre segundo as teses do populismo – o esgotamento do assim denominado “colapso do populismo”, período este iniciado logo após o governo de Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, significou o esgotamento de uma fase de acumulação capitalista, esta arrimada no processo de substituição de importações, que teve uma forma de dominação política que também se esgota, qual seja, a “democracia populista”. Assim, a própria teoria determina seu “prazo de validade” (1930-1964), sendo substituída nas análises políticas da ditadura civil-militar do pós-1964 por outro “ismo”, o da “teoria do autoritarismo”. Observamos que a análise opera uma espécie de “readequação de suas finalidades ideológicas”, pois combina-se com a teoria do autoritarismo, fundindo-se a esta e, ao fazê-lo, “perde substância”. Esta perda de substância pode ser visualizada a partir do abandono em relação à análise histórica – presente em sua origem – e da pretensão de resgate da radicalidade operária. Acompanhando a teoria do autoritarismo, o populismo passou a proceder uma “autonomização e um seccionamento do *circuito político*” (Chasin, 2000: 253-54), reafirmando seu caráter *politicista* na análise da realidade

¹¹ “[...] Como tantas vezes ocorre, sua vitória coincide com sua derrota. Reduzida a cadáver formal, impera como um parasita da inteligência e da sensibilidade políticas, e enquanto tal vem exercendo na sucessão presidencial um papel de enorme importância.” (CHASIN, op. Cit., p. 253). Apesar do trecho citado se referir ao contexto das eleições de 1989, o mesmo se reveste de plena atualidade quando o comparamos com as circunstâncias e os debates dos pleitos de 2002, 2006 e 2010.

brasileira¹². A partir de então, a teoria populista – e a artimanha política que esta compreende – passou a valorizar “elementos secundários” que vão ser fundamentais na construção do estereótipo dos líderes e partidos ditos populistas. A elaboração final dessa simbiose entre as duas formulações é a construção teórica que transcende a tese da *democracia populista*, ao elaborar o conceito de *autoritarismo populista*.

Comprometida em sua origem, a teoria do populismo “não ultrapassa a mera condição de operador na abstratividade”, pois se apoiou em elaborações mentais que buscaram evidenciar características empíricas da realidade brasileira, sem compreender sua dimensão imanente e essencial. Além da insuficiência desta “empiricidade”, os construtos ideais operaram a partir de uma “abstração todo-poderosa”, de onde a realidade passou a ser deduzida. Cria-se o modelo, ou, para utilizarmos a linguagem acadêmica, o *ideal tipo*, a partir de singularidades que podem ser empiricamente identificadas na história, para, em seguida, aplicá-lo à realidade e atribuir um sentido cognitivo às ações sociais dos indivíduos. Eis o fundamento de corte *idealista* que afasta, em todos os seus momentos, a teoria populista das formulações marxianas¹³. Chasin assim se refere a esta característica:

Tão extenso quanto vago, tão impróprio quanto dúctil e indutor de múltiplas absurdidades analíticas, o conceito de populismo não é mais, enquanto conceito, do que um nome. Em verdade, não mais do que um rótulo ou apelido, um frouxíssimo tipo ideal, que para se enformar no âmbito mais geral partiu de uma atrocidade, perpetrando o embaralhamento de eventos históricos específicos como o movimento dos granjeiros norte-americanos, o *narodnichestvo* russo e fenômenos urbano-industriais diversos da periferia do sistema do capital.” (CHASIN, op. Cit., p. 254).

Se em suas origens a teoria do populismo apresenta os equívocos que sumariamente expusemos, sua versão “neo” aprofunda tais deformações conceituais, assumindo contornos que lhe conferiram um teor conservador – e em alguns aspectos reacionários –, refletindo a atual fase da ofensiva do capital, arrimada pelo resgate da ortodoxia liberal (Cf. Sader e Gentili, 1995). Agora, aqueles que arvoram a bandeira do “neopopulismo” como forma de identificação de alguns governos na América Latina e, em específico, do Brasil, o fazem não no sentido de revelar as “artimanhas políticas” da burguesia na manipulação do proletariado, e muito menos como forma de apontar criticamente os erros das análises de esquerda. Não pretendem resgatar a radicalidade da classe trabalhadora, pelo contrário, identificam qualquer governo que mantenham alguma

¹² Vale afirmar que, desde sua origem, os *nódulos policitistas* já se fazem presentes. A diferença fundamental das análises populistas do pré e do pós-1964, é que as primeiras ainda se valiam de fundamentos da análise histórica, ao passo que as segundas descambam para o determinismo político.

¹³ Pelo contrário, tais formulações estão muito mais próximas das conceituações weberianas, sobretudo aquelas desenvolvidas pelo autor quando este trata dos *três tipos puros de dominação legítima*, especificamente o tipo de dominação *carismático*. É esse tipo de “armação teórica” deformadora que permite identificar uma miríade de governos e seus líderes como populistas.

identidade com a perspectiva do trabalho como “autoritário”, portanto, “antidemocrático”, que deve ser combatido como um “fantasma do passado”, em nome da liberdade e da igualdade entre os cidadãos. Valorizam em suas análises, exclusivamente, aqueles aspectos secundários, enfatizando o estereótipo dos “líderes neopopulistas”, obedecendo e aprofundando a “readequação das finalidades ideológicas” a que nos referimos anteriormente. Na presente versão, a teoria do populismo é resgatada – sem muito critério, é verdade – como expressão ideológica que procura sepultar qualquer perspectiva de transformação profunda da sociedade, atuando como repositório ético-moral dos “direitos naturais e inalienáveis” dos indivíduos.

É a partir dessa perspectiva que, ao analisarem o governo Lula, vão identificá-lo como de tipo “neopopulista”. Os instrumentos de propagação desta deformação analítica serão os aparelhos privados de hegemonia burguesa, sobretudo os monopólios dos meios de comunicação. Através da grande imprensa, argumentam que a manipulação dos trabalhadores e dos miseráveis da nação foi garantida pelo programa “Bolsa Família”; teria contribuído para essa manipulação o discurso demagógico da liderança carismática exercida pelo presidente, que se apoiou em suas origens históricas para construir a imagem de líder das “massas”. A legitimidade alcançada teria permitido que os antigos líderes sindicais se incrustassem na estrutura estatal em busca da realização de interesses corporativos e pessoais, utilizando-se da corrupção como ferramenta para tal fim. Nesse contexto, os devotos do “neopopulismo” argumentam que as centrais sindicais, a CUT principalmente, exerceram o papel de *correias de transmissão*, próprias do modelo soviético stalinista – que, por motivos ideológicos identificam como “bolchevismo” – para manter a classe trabalhadora sobre controle. Ao buscar o apoio de outros “setores sociais”, o governo petista teria se utilizado do expediente da corrupção e do clientelismo, garantindo o apoio de “antigos inimigos”, supostamente “derrotados”, apoio este caracterizado na ampla maioria que Lula alcançou no Congresso Nacional. Eis o caráter atual da “artimanha política”, que deveria ser desvendada e denunciada pelos “críticos do neopopulismo” como forma de garantir as premissas de um “Estado democrático de direito”.

Desde já, afirmamos que a crítica do neopopulismo não passa de um arremedo teórico que não contribui para o desvendamento da particularidade histórica brasileira em seu presente processo de desenvolvimento. Ao invés disso, exerce um papel de reafirmação ideológica burguesa, com viés conservador-reacionário, ao postular a incapacidade dos trabalhadores em governar o país.

O caráter da autocracia burguesa no Brasil: o colonial-bonapartismo

A organização do bloco histórico burguês durante o período de 1995-2006 está diretamente relacionada à forma pela qual a *autocracia burguesa* (Cf. Fernandes, 1987) se estrutura e se reproduz no país em períodos de legalidade constitucional. Esta, por sua vez, manifesta-se a partir de uma forma de organização política que a aproxima daquele fenômeno identificado por Marx e Engels como *bonapartismo* (Cf. Marx, 1974)¹⁴. Condicionado pelas particularidades próprias do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o bonapartismo absorve contornos específicos e reproduz uma forma também específica de *autocracia parlamentar* que aqui denominamos *colonial-bonapartismo* (Cf. Mazzeo, 1999).

O bonapartismo é um regime político que nasce a partir do esgotamento das possibilidades revolucionárias do projeto burguês. Na França, sua “terra natal”, as jornadas revolucionárias de 1848 explicitaram os limites da emancipação política sob o comando da burguesia, que passou a defender o poder que alcançara, lançando mão de uma forma de governo autocrática. Era preciso manter a ordem burguesa conquistada a partir de 1789; ampliar as conquistas burguesas em direção ao proletariado seria o equivalente a “cavar a própria cova”. Portanto, era necessário interromper a revolução, como forma de defender as conquistas – burguesas – até ali alcançadas, e a “melhor” forma encontrada foi o estabelecimento de um regime autocrático, baseado no braço militar do Estado, que passou a concentrar todos os poderes em torno da liderança do Executivo (Cf. Marx, 1974 e 1987). Nesse sentido,

Fica clara, a caracterização do bonapartismo como um *regime político defensivo*, de contenção e repressão à luta de classes e de reafirmação da ordem social vigente. Este despotismo policial e militar cumpre o papel de “salvador” da sociedade, colocando-se *aparentemente* acima das classes e de qualquer instituição parlamentar como árbitro exclusivo das contendas sociais (Barsotti, 1996: 239).

No entanto, se em suas origens o bonapartismo se caracteriza como um “regime político defensivo”, estruturado para frear a ascensão revolucionária do proletariado, em sua variante *colonial-legalizada*, no momento de consolidação da social democracia brasileira, estas questões não estão colocadas, ou seja, não havia nenhuma “ameaça revolucionária” de esquerda em processo no Brasil quando PSDB e PT estiveram à frente do poder executivo. O *colonial-bonapartismo*, em sua manifestação nos quadros da legalidade burguesa, foi a forma mais bem acabada de domínio político que a burguesia internamente instalada logrou arquitetar no atual contexto – mundial, diga-

¹⁴ Como é sabido, Marx desenvolve o conceito de *bonapartismo* a partir da análise do governo de Luís Napoleão, na França, governo este que deu origem ao II Império Francês, sob o comando do auto-intitulado Napoleão III. Além da discussão da variante bonapartista na Alemanha de Bismarck, Engels foi responsável direto pelo desenvolvimento do próprio conceito, contribuindo de forma decisiva à compreensão do fenômeno político em suas origens. É o que nos demonstra BARSOTTI, P., Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 231-248.

se de passagem – de ofensiva do capital sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Os anos de governo Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, foram os mais prósperos para a burguesia que se instalou no país, sobretudo sua fração financeira hegemônica. O que nos permite identificar ambos os governos como de corte bonapartista é a forma particular como este se reproduz no país, que pode ser expresso através do conceito de *bonapartismo soft*, desenvolvido por Domenico Losurdo (Cf. Losurdo, 2004)¹⁵. Faremos aqui uma breve caracterização e respectiva identificação com o caso brasileiro.

Diferentemente do bonapartismo clássico, cuja liderança é mantida no poder a partir de um golpe de estado, em sua “versão suave”, esta forma de domínio político burguês é capaz de se assegurar no tempo sem a necessidade de uma intervenção militar. Mas o fundamento para que isso ocorra é o mesmo em todas as variantes bonapartistas, qual seja, a legitimidade atribuída pelo apoio da maioria. Se na França de Luís Bonaparte o consenso, ou melhor dizendo, a legitimidade veio através da verificação plebiscitária, no Brasil governado pela social democracia tal apoio se manifesta através do “sufrágio universal”. Este passa a ser o princípio que legitima as lideranças que assumem a presidência do país. A identificação com as “massas” é verificada através de eleições regulares. No Brasil, devido às características do sistema político-eleitoral, que se baseia no colégio uninominal, valoriza-se amplamente o candidato, em detrimento da discussão de seus projetos políticos. Enquanto o voto em lista possivelmente colocaria num segundo plano a figura da liderança, abrindo espaço para o debate partidário, o voto uninominal “personaliza a luta eleitoral”, transformando o partido em mero veículo institucional, ao mesmo tempo em que valoriza e reproduz a relação da liderança com o “povo”, onde o líder passa a investir em sua imagem com o intuito de criar uma identidade com a “massa” dos eleitores. Esta, dado o baixíssimo grau de formação e consciência política, será facilmente influenciada pelo carisma exercido pelas lideranças. Nesse sistema, os representantes eleitos para o Poder Legislativo aparecem ao eleitorado como representantes de interesses locais, abrindo espaço ao presidente, ao “líder propriamente dito”, para que este surja como o verdadeiro representante da nação, como seu “único intérprete” e que somente a ela deve responder (Idem: 64).

Nesse contexto, o discurso hegemônico reproduz as formulações ideologicamente orientadas que apontam para a inexistência de interesses de classes antagônicas, ou, de outra forma, coloca o Presidente da República acima e imune aos interesses particulares e aos conflitos sociais. Mas, ao

¹⁵ A análise de Losurdo recai sobre o caso estadunidense, onde o autor procura demonstrar como o modelo democrático daquele país se aproxima das formas clássicas de bonapartismo, desenvolvendo características específicas que permitem identificá-lo como uma forma “suave” de sua manifestação. Entendemos que muitas das características presentes na realidade política dos EUA podem ser encontradas no Brasil, como por exemplo, aquilo que Losurdo define como *monopartidarismo competitivo* e o caráter *plebiscitário* do sufrágio universal das democracias atuais. Discutiremos estes conceitos ao longo de nossa argumentação.

contrário, este aparece como o representante dos interesses do “povo brasileiro”, da nação como um todo, pois exerce a função de representante único e supremo do país. Subjaz a esse tipo de discurso, a concepção de que a “massa” carece de um líder, de um grande tutor para orientá-la nos caminhos corretos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Trata-se na verdade, de garantir a ordem socialmente existente, pautada na propriedade privada dos meios de produção, e protegê-la de qualquer tipo de ameaça derivada da ampliação das lutas dos trabalhadores (Idem: 67).

As massas devem participar da política através do sufrágio, mas não podem estar organizadas através dos sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, que envolvam grandes temas e projetos de interesse nacional, quiçá em polêmicas que pretendam superar o capitalismo. É a redução da discussão política ao mero “jogo institucional”, dos meandros parlamentares, da análise cotidiana das estruturas de governo e de todas as mazelas que a mesma reproduz. Para utilizarmos a conceituação gramsciana, trata-se do predomínio ou da hegemonia da *pequena política* sobre a *grande política*.¹⁶ Reproduz-se dessa forma o princípio liberal da “multidão criança”, onde os subalternos devem ser guiados politicamente devido à sua incapacidade de pensar as “grandes” questões políticas.

A personificação do poder é uma característica central do fenômeno bonapartista, pois a celebração do “líder carismático” – uma espécie de culto ao herói – passa a ser o principal instrumento de controle das massas. E o sufrágio universal é o termômetro necessário para identificar o grau de adesão das massas a um determinado líder. O colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada, apresenta esta característica de forma explícita. Ao identificarmos os governos de Fernando Henrique e Luiz Inácio como de corte bonapartista, nos referimos ao controle que estes líderes exerceram sobre a “massa” da população brasileira. Ambos os presidentes cumpriram dois mandatos consecutivos, o que indica grande adesão aos seus governos – muito maior ao de Lula, é verdade. O consenso criado em torno das duas lideranças permitiu a configuração de um bloco histórico de hegemonia financeira, mas ambos, em seus discursos, colocavam-se acima dos interesses particulares, vangloriando-se como interlocutores da nação, representantes máximos do Brasil.¹⁷ Ao mesmo tempo em que se sustentam através do

¹⁶ Para uma discussão sobre o tema, em uma análise sobre o Governo Lula, ver COUTINHO (2010).

¹⁷ Losurdo (Idem: 77), chama atenção para a forma como o sufrágio é utilizado, ao aproximar os governos de Disraeli, na Inglaterra, Bismarck na Alemanha e Luís Bonaparte, na França, dizendo que “[...] ignorando a burguesia liberal, todos os três se dirigem diretamente às massas, à qual concedem o sufrágio em medida mais ou menos ampla e da qual obtêm ou buscam obter apoio, fazendo concessões no plano da política econômica e social, estimulando a excitação nacional e chauvinista e fomentando, nesta base, o culto ao líder carismático, acima das partes, intérprete e líder indiscutível da nação.” É possível identificar o mesmo mecanismo de controle das “massas” no caso brasileiro. Tais características, como apontadas acima, são muito mais visíveis no Governo Lula, mas já estão presentes no Governo de Fernando Henrique. O principal mecanismo de “concessão” ao “povo” brasileiro foi o assistencialismo através dos programas de “bolsas sociais”, e o estímulo ao “sentimento nacional” pode ser representado, por exemplo, através de

sufrágio universal – e as pesquisas ao longo dos mandatos que medem a popularidade dos presidentes, exercem o mesmo papel que o sufrágio – reprimem todas as formas de contestação social, combatendo duramente os “núcleos” radicais da sociedade. No Brasil, esta característica pode ser visualizada a partir da vigorosa escalada do Estado, em todos os níveis, contra os movimentos sociais. Escalada esta que se utiliza da violência física, policial-militar, para reprimir de forma explícita, ou da criminalização judicial como meio de desarticular a organização daqueles que elaboram algum tipo de crítica, ou mesmo se manifestam contrariamente em relação à violência com a qual o Estado trata as comunidades pobres no Brasil¹⁸.

Um dos principais mecanismo para garantir amplo apoio das massas, sobretudo em períodos eleitorais, é o que a “ciência política moderna” denomina *marketing político*, mas que nós aqui identificamos como uma das características dos aparelhos ideológicos do Estado. As cifras destinadas às campanhas eleitorais são, cada vez mais, gigantescas; agências de publicidade se especializaram em criar a “imagem perfeita” do candidato, valorizando os “atributos” de caráter moral, de personalidade, ou mesmo físico, de acordo com pesquisas que “medem” as preferências do eleitorado. Assim, a lógica de criação da imagem de uma grande liderança consiste em “repetir mentiras” até que elas se “transformem em verdades”. Essa força extraordinária da publicidade e seu papel fundamental nas democracias contemporâneas revelam o caráter discriminatório e censitário do sufrágio universal. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o sufrágio universal garante a participação de todas as classes sociais no processo de escolha de seus representantes, o fenômeno político colonial-bonapartista, através da manipulação publicitária, garante destaque a uns poucos concorrentes, imprimindo um caráter plebiscitário às eleições, isto porque as “regras do jogo” eleitoral não contemplam a todos os partidos de forma idêntica, e os recursos disponíveis à campanha são gigantescos para os partidos da ordem (provenientes de doações privadas), ao passo que qualquer proposta alternativa tem de se estruturar a partir de seus próprios recursos. Junte-se a isso, o fato de a legislação eleitoral brasileira prever a realização de eleições em dois turnos para os cargos do Poder Executivo, em todos os níveis da Federação, transformando o sufrágio universal em plebiscito, onde uma entre duas candidaturas deverá ser nomeada.¹⁹ Os monopólios privados dos meios de comunicação completam o quadro acima exposto, imprimindo uma espécie de

um *slogan* de peça publicitária produzida pelo governo federal, onde se lê “sou brasileiro e não desisto nunca”, entre tantos outros mecanismos de manipulação ideológica.

¹⁸ A forma pela qual as forças policiais brasileiras, em nível federal, estadual ou municipal, agem em operações de invasões de morros e favelas, exemplifica claramente o afirmado por nós. Contrariando o preceito constitucional em vigor, “todos são *culpados* até que se prove o contrário”.

¹⁹ A legislação eleitoral brasileira estabelece que em nível federal e estadual as eleições sejam realizadas em dois turnos. Nos municípios, esta regra só é aplicada quando o número de eleitores for igual ou superior a duzentos mil. No que diz respeito aos gastos com campanha, apenas como forma de ilustrar o que afirmamos, vale apontar que em 2002 o PT declarou um gasto de R\$ 52,4 milhões com a campanha nacional, sendo que na campanha de 2006 o montante dobrou, alcançando a cifra de R\$ 104,3 milhões; o PSDB declarou um gasto de, respectivamente, R\$ 46,6 milhões e R\$ 81,9 milhões. Isso para nos restringirmos aos dois maiores concorrentes em nível nacional dos dois pleitos.

“discriminação censitária” em um regime de sufrágio ampliado, ao noticiar o cotidiano daqueles candidatos comprometidos com o *status quo*, ao mesmo tempo em que negligenciam e omitem qualquer informação dos candidatos contrários à ordem.

Outra característica que é própria do colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada é o papel exercido pelo parlamento no interior do bloco histórico. Se na forma clássica de bonapartismo o poder se concentra em torno do Executivo, do líder que governa com poderes irrestritos – graças ao conteúdo militar de seu governo e ao apoio das “massas” –, no Brasil comandado pela social democracia, a autocracia burguesa se consubstancia a partir da combinação entre o papel exercido pelo líder máximo, à frente do Poder Executivo, e a *autocracia do parlamento*, que garante a aparência de legalidade constitucional a esta forma de governo.

A *autocracia do parlamento* é própria de governos democráticos (Cf. Agnoli, 1971). Ao absorver para seu interior as discussões e debates de interesse nacional, o parlamento promove uma “desideologização” do discurso político-partidário, “estatizando” os partidos políticos, ou seja, absorvendo-os para o interior de sua lógica, que se restringe à observância e a obediência das “regras do jogo”. Ao institucionalizar a luta política, o parlamento promove um deslocamento e um distanciamento dos partidos de sua base social, principalmente os partidos que defendem um projeto caracterizado como de esquerda. O parlamento manifesta, portanto, um caráter conservador, pois seus mecanismos institucionais priorizam o “consenso”, eliminando as posturas antagonistas – de classe – ao mesmo tempo em que reafirmam a valorização conciliadora – *contratual* – do consenso.

O objetivo fundamental dessa forma de organização política do parlamento é o estabelecimento de uma democracia constitucional sem a participação direta do proletariado. Combinado com a variante colonial do bonapartismo, isso seria o equivalente ao “expurgo das massas” dos processos decisórios, pois estas atribuíram ao chefe do Executivo o poder de representá-las, “[...] O que conduziria definitivamente – e de modo plenamente consciente – a uma democracia sem *demos*.”(Idem: 51). Mais uma vez, encontramos aqui o discurso ideologicamente orientado que aponta para o parlamento como o representante da nação, como o fórum de discussão *par excellence* dos problemas do país. A reprodução dessa ideologia constitui o mecanismo essencial de manipulação para a criação de “uma consciência cidadã neutra”, que busca a observância da “pluralidade” dos grupos sociais, livre de interesses particulares, negando dessa forma – e, portanto, fetichizando as relações sociais – as contradições de classe inerentes à divisão social. As instituições estabelecidas – parlamento, partidos, justiça, polícia, etc. – são constitucionalmente investidas de poderes para representar os interesses do “povo”:

[...] Em outros termos: o Estado político pode integrar socialmente, da maneira mais eficaz, as massas que se mantém alijadas do processo de decisão, incorporá-

las a subordinação e conciliá-las assim com sua dependência cabal, quando não aparece como órgão do governo, mas como coisa pública. [...]. (Idem: 53 e 54).

Portanto, segundo Agnoli, há uma forma de “estatização da consciência”, pois a negação da divisão da sociedade em classes reconduz a “consciência” das massas à condição de cidadãos. Toda forma de dominação burguesa se realiza através de um Estado que garanta a reprodução sociometabólica do capital. Diante do exposto, entendemos que no Brasil da social democracia, o Parlamento imprime um conteúdo de *legalidade institucional* ao bonapartismo, tal como esta forma de domínio se manifesta internamente. Assim, a autocracia burguesa, em sua forma institucional-legalizada, arrima-se não só no domínio exercido pelo poder Executivo, mas, também, no domínio exercido pelo Parlamento. Através da esfera parlamentar, as mais diversas frações da burguesia se fazem representar a partir de seus interesses específicos. As lutas intestinas que dão formato ao bloco histórico dependem diretamente das disputas intra-classe burguesa que se desdobram no interior do Poder Legislativo. A formação de “oligarquias políticas” no interior do parlamento garante a hegemonia à determinada fração da burguesia durante as disputas pela configuração de seu projeto político-econômico (Idem: 71-72). Conjugando os interesses dessas oligarquias às decisões do Poder Executivo, a fração hegemônica no interior do bloco histórico consegue aprovar as medidas necessárias à realização de seu projeto.

O exemplo mais nítido, que ilustra de forma exemplar esse mecanismo no Brasil, tanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso, como no de Luiz Inácio Lula da Silva, é a conformação de uma base de deputados e senadores aliados ao Poder Executivo no interior do Parlamento. Essa maioria legislativa foi fundamental à aprovação de uma série de mecanismos legais que permitiu a reconfiguração jurídica do Estado brasileiro de acordo com as prerrogativas da fração financeira do capital – desde a aprovação de medidas provisórias, até a reformulação da Constituição Brasileira durante o processo da revisão/reforma constitucional (1993-94 / 1995-99). O mecanismo utilizado para compor tal maioria foi a já conhecida distribuição de cargos pelo Executivo entre os partidos da base aliada, reforçando uma prática bem conhecida na estrutura autocrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que a fração financeira se fez hegemônica no interior do bloco histórico liderado por ambos os partidos, PSDB e PT, as outras frações da burguesia também se fizeram representar através dos poderes Executivo e Legislativo, e o principal instrumento para sua realização foi – e é – a influência do *lobby*. Apesar de legalmente proibido no Brasil, a atividade *lobbyista* é mais que uma realidade na política brasileira, faz parte do processo decisório do Estado, em todas as suas esferas. As principais entidades representativas da burguesia brasileira possuem escritórios na Capital Federal que atuam diretamente junto a deputados, senadores e membros do alto escalão do Poder Executivo (Cf. Diniz & Boschi, 2004). Utilizam-se de uma linguagem eufemística para designar suas práticas, arvorando-se como “empresas de consultoria” que prestam serviços ao poder

público. Tal caracterização tem como finalidade driblar a justiça, que faz vistas grossas quando os interesses envolvidos estão de acordo com a ordem do capital. Na verdade, reproduzem as mais velhas práticas que fazem do Estado o “escritório da burguesia”²⁰. É essa mesma atividade *lobbyista* que garante as “doações faraônicas” aos principais candidatos que disputam a Presidência da República. E essa questão nos remete à uma última característica do bonapartismo soft, conceito que nos permite uma aproximação com o que aqui denominamos colonial-bonapartismo. Trata-se do *monopartidarismo competitivo*.

Podemos afirmar que o sistema de representação partidária no Brasil caminhou para uma estruturação, durante as últimas duas décadas, semelhante ao bipartidarismo observado nos Estados Unidos da América. O fato de a Constituição Brasileira prever a liberdade de organização partidária não contradiz o argumento. Isso se deve à incapacidade financeira de os partidos se organizarem de forma representativa. No Brasil, PT e PSDB monopolizam as maiores cifras destinadas pela atividade *lobbyista* aos processos eleitorais. Ambos os partidos se constituíram como paladinos do capital financeiro, o que explica as generosas doações – não só – dessa fração da burguesia para suas campanhas e devem ser analisados como variações de uma mesma forma de estruturação do domínio econômico-político da burguesia. Assim, observamos um esvaziamento programático dos partidos, onde o debate se restringiu à constatação do melhor nome – entenda-se o mais capacitado – para administrar o capitalismo brasileiro. O espaço deixado pelo abandono do debate politizado foi ocupado pela disponibilidade financeira, viabilizada a partir do *marketing político*. Como argumentado, o sistema eleitoral uninominal imprime um caráter plebiscitário ao sufrágio. Tomadas em seu conjunto, tais características edificam os contornos do monopartidarismo competitivo, demonstrando que

[...] se no plano tático são concorrentes, dadas as diferentes dimensões e os interesses e cálculos diversos e discrepantes dos partidos e das forças políticas em jogo, por outro lado, no plano mais propriamente estratégico, mostram-se entrelaçados e convergentes. (LOSURDO, 2004: 318)

O que procuramos demonstrar com as argumentações aqui desenvolvidas pode ser assim resumido: a consolidação da social democracia no Brasil reproduz a forma particular do colonial-bonapartismo no país em sua variante autocrático-legalizada. Se o governo de Fernando Henrique Cardoso, pela argumentação por nós apresentada, pode ser caracterizado como de corte bonapartista, o primeiro período em que Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente do poder se

²⁰ Um minucioso e detalhado estudo sobre o papel desempenhado pelas associações empresariais junto ao Congresso Nacional, pode ser encontrado em Diniz & Boschi (Idem). Mesmo que a proposta da obra seja muito mais descritiva do que propriamente analítica, orientando-se a partir de uma metodologia sociológica compreensiva, o texto nos apresenta informações claras de como a burguesia internamente instalada (a denominação é por nossa conta) organiza seus interesses e se faz representar através da atividade do *lobby*.

caracteriza como o momento de coroamento e consolidação desta forma burguesa de dominação. Incapaz de reproduzir de forma direta sua dominação, a burguesia recorre a um ex-operário para exercer o papel de líder, que foi o responsável pela manipulação das classes subalternas, ao mesmo tempo em que realiza um governo de acordo com os interesses do capital. Eis a fórmula pela qual a autocracia burguesa se reproduz no Brasil em períodos de legalidade, característica imanente do bonapartismo em sua variante colonial.²¹

A social democracia e a plena hegemonia burguesa no Brasil

Portanto, ao empreendermos tal esforço analítico, nos distanciamos daquelas proposituras que identificam no Governo Lula uma forma específica de *hegemonia às avessas*, exercida por uma “nova classe social”, e que identifica a social democracia como uma forma de dominação, por assim dizer, diferente da capitalista. Aqui, nos referimos às formulações de Francisco de Oliveira, sobretudo aos seus escritos “O ornitorrinco” (Cf. Oliveira, 2003) e “Hegemonia às avessas” (Cf. Oliveira, Braga e Rizek, 2010).

Segundo as formulações de Oliveira, a partir da posse de Lula, observou-se uma “modificação” ou um “truncamento” na estrutura de classes no Brasil. A antiga aristocracia do trabalho, “as capas mais altas do antigo proletariado”, deu origem a uma “nova classe” social, juntamente com a “tecnocracia”, os “*doublés* de banqueiros”, herdada do período em que Fernando Henrique governou. Esta “nova classe” passou a atuar como os gestores dos fundos de pensão das empresas estatais, movimentando bilhões de dólares no mercado financeiro; administradores que passam a se preocupar com a rentabilidade desses fundos que, paralelamente, “financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”. O autor argumenta ainda que a partir da estruturação dessa “nova classe” no poder estatal, observamos a confluência programática entre PSDB e PT, ou seja, a identidade que os dois partidos foram criando, está diretamente relacionada à forma semelhante pela qual propõe o “controle do acesso aos fundos públicos” (Oliveira, 2003: 146-147).

²¹ “A *política bonapartista* é a alternativa utilizada pela burguesia diante do impasse, fracasso ou impossibilidade de realização e continuidade da sua dominação direta e *de classe*. Forma autocrática de poder político, o bonapartismo leva às últimas consequências a tendência, contida no Estado moderno, de representar os interesses gerais e estar acima dos interesses privados, de abstrair e querer eliminar as diferenças dos homens reais dispostos na vida cotidiana concretamente em classes sociais. Ilusão extrema na força, imparcialidade e autonomia do Estado diante da sociedade, condição de sua arbitragem despótica sobre toda a nação, que em momento algum nega o seu caráter de classe frente às classes subalternas e que garante às frações da classe dominante a ‘paz social’ necessária para o desenvolvimento de seus negócios. Ela representa efetivamente ‘a forma mais prostituída’ e repressiva do poder estatal burguês que se transforma em ‘meio de escravidão do trabalho pelo capital’”. (Barsotti, 1996: 245).

Para Oliveira, no caso especificamente do governo petista, houve uma espécie de inversão dos sentidos e significados do poder político na relação entre dominantes e dominados: os dominados chegaram ao poder, portanto exercem a “direção moral” da sociedade, pois estão à frente – inclusive fisicamente – da estrutura de poder estatal; controlam cargos públicos, fundos de pensão, as grandes empresas estatais, etc. E é exatamente por controlarem esta estrutura econômica, sobretudo os fundos de pensão das estatais – que para o autor se constituem como “o coração do novo sistema financeiro brasileiro” – que se dá a “inversão”, pois o fazem não da perspectiva “dos de baixo”, mas segundo a lógica “dos de cima”. Em outras palavras, apesar de os “dominados” controlarem o processo de reprodução econômico-social, eles o fazem de acordo com a lógica dos “dominantes”²².

Entendemos que as formulações de Oliveira são precisas quando este aponta a forma como a “aristocracia operária”, do PT e da CUT, arvorou-se nas entranhas do Estado. De fato, os antigos sindicalistas passam a ter em suas mãos o controle de grandes cifras que envolvem a administração dos fundos de pensão – só não afirmaríamos que estes constituem o coração do sistema, diríamos que é uma de suas principais artérias. Esse controle se manifesta através do poder que expressam, pois possuem em suas mãos mecanismos fundamentais à reprodução do capital na sua atual fase de internacionalização. No entanto, entendemos que não se trata de uma “nova classe social”, e muito menos de uma “hegemonia às avessas”, pelo contrário, na atual fase de reprodução do capital, o colonial-bonapartismo brasileiro reorganiza o bloco histórico de hegemonia burguesa. Com Lula e o PT à frente do Palácio do Planalto, as antigas lideranças sindicais e dos trabalhadores passam a exercer o papel da burguesia, e o que explica esta “metamorfose” é o processo de transformismo pelo qual passou o principal partido *na esquerda* brasileira, surgido no pós-1964. Suas principais lideranças e quadros foram cooptados – e se deixaram cooptar – pela burguesia. Esta adesão não é só política, mas também ideológica, intelectual, o que no caso do PT foi um problema menor para a burguesia, dado o baixo grau – e até mesmo desprezo – de elaboração teórica produzida pelo partido. De qualquer forma, os antigos membros do proletariado passam a reproduzir uma postura de classe burguesa, até chegarem ao poder e colaborarem diretamente com a reprodução da ordem capitalista. Trata-se de uma hegemonia burguesa, de uma forma de organização do Estado que atenda à lógica financeira e, portanto, de reprodução do modo de produção capitalista.

O período que analisamos e que identificamos como o da *consolidação da social democracia no Brasil*, representa o momento de coroamento da *autocracia burguesa* no país. Esta

²² (Oliveira, Braga e Rizek, 2010: 8).

transitou de sua forma militar-ditatorial (1964-1985) para a forma legalizada-institucional (pós-1985), reproduzindo o *colonial-bonapartismo* brasileiro, sem sofrer grandes abalos, nem ameaças significativas por parte de seu inimigo de classe, o proletariado. Pelo contrário, a presente *ofensiva do Capital* em relação ao *Trabalho* alcançou enorme êxito internamente a partir do *transformismo* operado nas principais lideranças da classe trabalhadora. A *autocracia do parlamento*, presente na democracia brasileira, imprime contornos de legalidade aos governos de corte *bonapartista*. Toda essa estrutura política reproduz a lógica do capital na sua atual fase de internacionalização, onde a fração financeira ocupa posição hegemônica no bloco histórico burguês. O Brasil *moderniza-se* economicamente, transformando-se em protagonista no cenário internacional, onde o *capital-imperialismo* brasileiro se expande pelo mundo. Contudo, as *marcas indelévels* da reprodução sociometabólica brasileira não são superadas. A referida autocracia burguesa se consolida e se reproduz sobre novas bases, a subordinação econômica em relação aos pólos centrais do capital não é rompida – apesar de seus novos elementos condicionantes –, reproduzindo a lógica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Paralelamente, antigos e novos problemas reproduzem um quadro de ampla miséria social no país, manifestação da crise de sociabilidade própria do capitalismo. Assim, observamos que o *Sentido da Colonização* se reproduz sobre novas bases e novos condicionantes históricos, reafirmando o caminho *prussiano-colonial* de objetivação do capitalismo no Brasil, que agora se manifesta como *Sentido da Modernização*, processo este capitaneado pela social democracia brasileira.

Referências

AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI Editores S. A., 1971.

BARSOTTI, P., Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 249.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- DEO, A. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Marília: Unesp. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2011.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. (6 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Os Pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974
- _____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.
- MAZZEO, A. C.. *Estado e burguesia no Brasil – Origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações, São Paulo: Boitempo, 1999.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Ciudad del México: Siglo XXI, 2007.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- SADER, E. (org.); GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.